

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ao sétimo dia do mês de fevereiro de 2022, às 14h00min, foi realizada a **68ª Reunião**
2 **Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)**, através do aplicativo “Microsoft
3 Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (YouTube)
4 disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2022), nos termos da Portaria nº 17
5 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **1)** A sessão foi inaugurada às 14h10min
6 pelo ilustre Presidente, Sr. Marcos Duque Gadelho, precedida pela intervenção da eminente
7 Secretária Executiva, que apresentou a ordem do dia e os seguintes comunicados: apreciação
8 das Atas da 64ª e 65ª Reuniões Ordinárias; recebimento da Carta-aberta intitulada "Revisão
9 Democrática do Plano Diretor de São Paulo: Pactuando as normativas da participação popular
10 e cidadã", promovida pela eminente Frente São Paulo pela Vida; foi noticiado o
11 prosseguimento dos encaminhamentos do CMPU para a Comissão de Proteção à Paisagem
12 Urbana (CPPU) e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU), tema em discussão na
13 reunião precedente, o qual se encontra em fase de elaboração de material, embasado nas
14 contribuições dos conselheiros quanto ao modus operandi, e foi comunicado o prazo adicional
15 para inscrições, cuja publicação se dará mediante envio por correio eletrônico e exposição em
16 reunião subsequente; por derradeiro, foi informado sobre a programação de três assembleias
17 com representantes da sociedade civil vinculados ao CMPU, com o propósito de coletar
18 aportes e discutir o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), ocorrendo
19 paralelamente ao grupo de trabalho dedicado a esse fim. **2)** Em seguida, a Conselheira titular
20 do Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião Sul 2, a Ilustríssima Sra. Wellyene
21 Gomes Bravo, pleiteou a inclusão dos escrutínios realizados na Ata da 64ª Reunião Ordinária,
22 ademais, inquirindo acerca dos inscritos para a participação na aludida reunião. Em resposta, a
23 Digníssima Secretária Executiva asseverou que será diligenciada a devida verificação e, se
24 necessário, proceder-se-á à correção e ulterior ciência da mencionada ata; noticiou, ainda, que
25 a composição do comitê de trabalho será objeto de análise no terceiro item da presente pauta.
26 **3)** A seguir, a Conselheira da Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP), a Eminente
27 Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, expressou sua estupefação diante da imprescindibilidade de
28 reformulação das indicações aos colegiados; a seu juízo, apenas as indicações provenientes do
29 setor empresarial deveriam ser objeto de revisão, uma vez que houve a indicação de múltiplos
30 representantes para o segmento, e considerou injusta a exigência de correção para aqueles
31 que se inscreveram de forma acurada. **4)** Na sequência, o Ilustre representante titular do
32 Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), o Sr.
33 Alessandro Luiz Oliveira Azzoni, proferiu sua decisão de manter sua indicação exclusivamente
34 para o Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), renunciando assim
35 à sua indicação para os demais colegiados. **5)** Na sequência, o Eminente Conselheiro titular do

36 Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião Sul 1, o Sr. Durval Tabach, fez
37 menção ao encontro anterior, recordando as nomeações para a Câmara Técnica de Legislação
38 Urbanística (CTLU) e Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU). Diante do anúncio do
39 término do mandato dos conselheiros e das reuniões realizadas por esses colegiados em 2022,
40 questionou o prazo de término do mandato da sociedade civil. **6)** Em seguida, o Conselheiro
41 suplente do Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco
42 João Moreirão de Magalhães, também levantou questionamentos acerca do término do
43 mandato dos membros da CPPU e CTLU. A Secretária Executiva, em sua resposta, esclareceu
44 que o encerramento ocorreu em 14/02/2022 e que as reuniões subsequentes desses
45 colegiados foram conduzidas pelos membros que ainda estavam em seus mandatos vigentes.
46 Em réplica, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2 solicitou esclarecimentos
47 adicionais sobre as reuniões realizadas e os grupos de trabalho formados. Ele mencionou ter
48 se inscrito em um determinado grupo, mas não ter sido convocado, e argumentou que os
49 grupos de trabalho devem desempenhar um papel semelhante ao de um colegiado maior.
50 Além disso, enfatizou a importância de definir os objetivos antes de determinar a composição
51 desses grupos. **7)** Na sequência, o Conselheiro Titular da Associação dos Ciclistas Urbanos de
52 São Paulo (CICLOCIDADE), Sr. José Antonio Chinelato Zagato, fazendo menção ao Artigo 11 do
53 Regimento Interno, lembrou o momento em que o Presidente expressou, na reunião
54 anterior, preocupação com a saúde e mobilidade; cordialmente, solicitou que lhe fossem
55 encaminhados os eventos mencionados, visto que se tratava de uma questão pessoal; relatou
56 um acidente veicular ocorrido na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, que resultou no
57 trágico falecimento de um jovem negro de dezessete anos; salientou que, há três anos, foram
58 protocolados chamados no canal 156, requisitando a redução da velocidade e a elaboração de
59 um plano estrutural de mobilidade para a região; como Conselheiro de Mobilidade, expressou
60 o desejo de que essas questões sejam prontamente abordadas e solucionadas; encerrou sua
61 intervenção colocando-se à disposição para prestar auxílio no que for necessário. **8)** Em
62 seguida, o Conselheiro Suplente da FECOMERCIO-SP, Sr. Eduardo Della Manna, referindo-se à
63 fala da Conselheira Titular da SAPP, solicitou que a mesma apontasse, de forma
64 "absolutamente clara", quais foram as eventuais irregularidades registradas na indicação dos
65 representantes do setor empresarial para a CTLU. **9)** Na sequência, a Conselheira titular do
66 Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), Sra. Margareth
67 Matiko Uemura, solicitou que fosse informado o calendário dos próximos eventos das
68 indicações dos colegiados em discussão, se há um rito de posse e quais os conselheiros que
69 estão habilitados, uma vez que devem ser empossados. **10)** Em réplica, a Secretária Executiva
70 informou que a Conselheira titular da SAPP enviou questionamentos sobre o processo de
71 indicação, que será encaminhada para a Assessoria Jurídica, mas que ainda não se manifestou
72 sobre, assim como foi solicitado que orientasse sobre os critérios de abertura de novas
73 inscrições; ressaltou que existe a possibilidade de interpretar que a retirada da pauta na
74 reunião passada das indicações aos colegiados, decorreria na perda de validade de todas as
75 decisões que foram tomadas em seu âmbito; informou que as próximas reuniões ordinárias da
76 CPPU e CTLU ocorrerão em abril, por tal razão que a decisão sobre as indicações do CMPU a

77 tais colegiados ocorrerá em uma próxima reunião extraordinária do CMPU; informou que foi
78 sugerido na última reunião que o Presidente fará reuniões com os membros da sociedade civil
79 do CMPU, com o intuito de ouvi-los sobre a revisão do PDE, e que foram convidados somente
80 os titulares, em razão de serem no formato presencial; afirmou não ter compreendido a
81 primeira parte da fala do Conselheiro titular da CICLOCIDADE, e que foi registrada sua fala
82 sobre os eventos com o ciclista e disponibilidade. **11)** Com o intuito de esclarecimento, o
83 Conselheiro Titular da CICLOCIDADE, Sr. José Antonio Chinelato Zagato, afirmou que na
84 reunião passada, após a conclusão da leitura do ofício nº 4, assinado por 32 conselheiros, o
85 Presidente mencionou um evento, em que o Conselheiro teria lhe entregue um cartão e que, a
86 seu ver, "fugiu a compreensão do ponto de vista da pauta e do ofício", razão que levou a
87 solicitar que lhe fosse encaminhado formalmente para que se manifestasse sobre; também
88 afirmou ter respondido e-mail com itens de pauta para que contribuições ao movimento de
89 sustentabilidade e participação e que poderá disponibilizar seu conteúdo para os demais
90 conselheiros que não estavam em cópia. Em réplica, o Presidente esclareceu que a menção
91 realizada na reunião passada, por eventual esquecimento, se referia a determinado momento
92 em que se encontraram andando de bicicleta e conversaram sobre formas de melhorar as
93 ciclovias, e o conselheiro teria lhe entregado um cartão; afirmou que a intenção de tal relato
94 foi informar que já teriam se conhecido presencialmente, assim como outros conselheiros;
95 sobre as reuniões que estão sendo convidadas sem pauta determinada, informou se tratar de
96 conversas realizadas com quantidade de pessoas reduzidas, para lidar com as recomendações
97 sanitárias de não aglomeração, e que aqueles que tiverem problemas de mobilidade serão
98 convidados a participar de forma virtual; ressaltou que tais conversas expressam uma
99 característica pessoal sua, que busca somente conhecer melhor os conselheiros da sociedade
100 civil; sobre o ofício encaminhado, informou que será respondido. **12)** Em atendimento a
101 solicitação de esclarecimentos, a Conselheira titular da SAPP, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta,
102 que foi notado que, no setor acadêmico técnico-profissional, a indicação da mesma entidade
103 para compor mais de uma cadeira nos colegiados, por tal razão que foi encaminhado o Ofício
104 01 no dia 01/02/2022, dirigida ao Secretário de SMUL, que solicitou que conste em ata, uma
105 vez que está sob análise da assessoria jurídica:

106 “Tendo em vista a publicação do COMUNICADO SMDU.ATECC.CMPU/004/2021, no DOC de
107 10/12/2021, fls.42 (Doc.01) informando que foram aceitas as indicações para a C MARA
108 TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA – CTLU, no SETOR: ACADÊMICO E TÉCNICO
109 PROFISSIONAL, quis sejam:
110 INDICAÇÃO:
111 ENTIDADE: SECOVI-SP
112 TITULAR: ANDY ALEXANDRE GRUBER
113 SUPLENTE: T NIA PANTANO
114 INDICAÇÃO:
115 ENTIDADE: SECOVI-SP
116 TITULAR: PRISCILA RIGON FECHER
117 ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO – ACSP
118 SUPLENTE: BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT

119 INDICAÇÃO:
120 ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP
121 TITULAR: EDUARDO DELLA MANNA
122 ENTIDADE: ASBEA-SP
123 SUPLENTE: ADRIANA TIE DE CAMARGO NEVES
124 INDICAÇÃO:
125 ENTIDADE: ASBEA-SP
126 TITULAR: DANIELA HUMMEL MUNGAÍ
127 ENTIDADE: SECOVI-SP
128 SUPLENTE: LUIZ FREDERICO RANGEL DE FREITAS
129 INDICAÇÃO:
130 ENTIDADE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO - IBDU
131 TITULAR: FERNANDO GUILHERME BRUNO FILHO
132 SUPLENTE: ROSANE DE ALMEIDA TIerno
133 INDICAÇÃO:
134 ENTIDADE: UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
135 TITULAR: DANIEL TODTMANN MONTANDON
136 ENTIDADE: FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE
137 PRESBITERIANA MACKENZIE
138 SUPLENTE: ANGÉLICA TANUS BENATTI ALVIM
139 constatamos que o SECOVI-SP, Associação Comercial de São Paulo ACSP e ASBEA-SP, indicaram
140 representantes como titulares e suplentes nas três entidades pleiteando, com isto, mais de
141 uma cadeira de representação na CTLU.
142 Diferentemente de TODAS AS INDICAÇÕES DAS DEMAIS ENTIDADES que bem compreenderam
143 que - para cada entidade caberia apenas uma representação -, o setor econômico utilizou-se de
144 estratégia para, indevidamente e ilegalmente, conseguir mais de uma cadeira na CTLU, como
145 constatamos acima.
146 Além disso, o que causa maior perplexidade é que a presidência da CMPU aceitou a prática de
147 designação “transversal” de várias entidades indicarem-se mutualmente para ocuparem vários
148 assentos de titulares e suplentes na CTLU.
149 Este fato não só fere princípio da legalidade previsto no Artigo 37 da CF como, a nosso ver, NÃO
150 HÁ POSSIBILIDADE LEGAL de que uma entidade ocupe TRÊS ASSENTOS na CTLU COMO É O
151 CASO DO SECOVI-SP, como acima demonstrado, ou DOIS ASSENTOS COMO É O CASO DA
152 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL e da ASBEA.
153 Com efeito, os arts. 2º, I, e 8º da Lei Orgânica do Município de São Paulo, acatando sobretudo o
154 princípio constitucional da gestão participativa das cidades, garante que a organização do
155 Município obedecerá o princípio da prática democrática e que nos Conselhos Municipais será
156 assegurada “a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões”. Confira-se:
157 Art. 2º - A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:
158 I - a prática democrática;
159 Art. 8º - O Poder Municipal criará, por lei, Conselhos compostos de representantes eleitos ou
160 designados, a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.
161 O Decreto nº 56.268/2015, já com redação atualizada, que dispõe sobre a Câmara Técnica de
162 Legislação Urbanística – CTLU, no seu art. 4º “caput” e inciso II, determina que a Câmara terá
163 composição “paritária” e será composta por “10 (dez) membros representantes da sociedade

civil”, no “âmbito dos seguintes setores”: a) movimentos sociais e de bairro; b) acadêmico e técnico-profissional e; c) conselhos de políticas públicas e setoriais.

Tudo considerado, é evidente que entre os representantes da sociedade civil deverá ser obedecida a prática democrática e a “adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões”, não podendo, pois, um segmento da sociedade civil ser “mais representado” do que outro, o que claramente romperia com a obrigatória prática democrática.

Portanto, as múltiplas indicações de SECOVI-SP, Associação Comercial de São Paulo – ACSP e ASBEA-SP não podem ser recebidas.

E realmente é esta a compreensão que já historicamente se consolidou inclusive na CTLU, haja vista o seu próprio Regimento Interno, RESOLUÇÃO SMDU.CTLU/001/2009, que já destinava APENAS 1 (um) assento aos representantes dessas mesmas entidades. Confira-se:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/ctlu/index.php?p=169854

Art. 2º - A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU terá composição paritária, nos termos do §1º do artigo 286 da Lei nº 13.430/02 e constituída pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, na qualidade de Presidente, e de representantes e respectivos suplentes, dos seguintes órgãos do Poder Executivo e sociedade civil:

I - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU;

III – 1 (um) representante da Secretaria do Governo Municipal – SGM;

IV – 1 (um) representante da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos – SNJ;

V – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP;

VI – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB;

VII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes – SMT;

VIII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras – SIURB;

IX – 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA;

X – 1 (um) representante da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB;

XI – 1 (um) representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB;

XII – 1 (um) representante do Instituto de Engenharia - IE;

XIII – 1 (um) representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de São Paulo – SECOVI;

XIV – 1 (um) representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON;

XV – 1 (um) representante da Associação Comercial de São Paulo;

XVI – 1 (um) representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO;

XVII – 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;

XVIII – 1 (um) representante de Organizações não Governamentais ligados à Política Urbana;

XIX – 1 (um) representante de Universidade, ligado à área de Urbanismo;

XX – 1 (um) representante da ASBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura;

Em que pese este processo de designação das entidades da sociedade civil para a CTLU ainda não tenha se encerrado, uma vez que não foram oficializadas as escolhas das entidades para ocuparem as DEZ cadeiras a que fazem jus na CTLU, as entidades signatárias que participam do CMPU ao constatarem esta ilegalidade - que fere o princípio da participação social nas representações oficiais – entendem que este mal feito precisa ser imediatamente saneado.

Assim, solicitamos ao Sr. Presidente do CMPU que:

209 1- Tome as devidas providências para sanear a irregularidade de uma entidade poder ocupar
210 mais de uma vaga de titular e uma de suplente na CTLU para que se passe a obedecer o
211 princípio da legalidade, ficando evidente também a violação do princípio da participação social
212 isonômica, com visível favorecimento da representação do setor econômico em prejuízo dos
213 demais setores da sociedade civil, o que não condiz com o sentido do princípio constitucional
214 da gestão participativa no qual se insere a participação da sociedade civil no CMPU e, por
215 consequente, na CTLU.

216 2- Solicitamos que todas as reuniões ordinárias e extraordinárias previstas da CTLU sejam
217 suspensas até que se resolva esta questão da correta forma da representação de seus
218 membros, devido ao eventual entendimento de favorecimento do setor econômico que
219 manteria a representação proposta eivada de vício legal.

220 No ensejo, apresentamos nossas cordiais saudações, agradecendo, desde logo, as devidas
221 providências,

222 Lucila Lacreta

223 Representante eleita das Associações de Moradores no CMPU

224 José Antonio Chinelato Zagato

225 Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo

226 Francisco João Moreirão

227 Conselheiro Participativo da Macroregião Norte 2

228 Wellyene Bravo

229 Conselheira Participativa da Macroregião Sul 2

230 Stela de Camargo Da Dalt

231 Conselheira Participativa da Macroregião Centro

232 Maurício Ramos de Oliveira

233 Conselheiro Participativo Municipal Titular da Macroregião Oeste.”

234 **13)** Em réplica, o Conselheiro Suplente da FECOMERCIO-SP, Sr. Eduardo Della Manna,
235 afirmou ter compreendido que o documento se encontra em análise jurídica, e que
236 considerou “pouco elegante” o uso do termo “estratagema”. **14)** Em complemento a
237 sua fala anterior, o Presidente informou que seu convite se estendeu aos
238 representantes das instituições de ensino superior, como forma de estimular os alunos
239 de graduação e pós-graduação a utilizarem a cidade e os arquivos públicos como
240 objeto de estudo, assim como para participarem da vida pública; em seguida, se
241 ausentou da reunião, concedendo a presidência ao seu suplente, Sr. José Armênio de
242 Brito Cruz. **15)** Sobre a alocução do Presidente, o Conselheiro Suplente da
243 Macroregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, elucidou que,
244 embora tenha sido um dos partícipes do diálogo com o Secretário, os assuntos
245 tratados lhe eram inteiramente desconhecidos. **16)** No tocante ao segundo tópico da
246 pauta, foram apresentadas as nomeações do CMPU para o Conselho Gestor do
247 FUNDURB, constituído por: Edenilda Neves Carneiro Sousa, Mateus Henrique Berto
248 Muradas, Maria Angélica Oliveira e Alessandro Luiz Oliveira Azzoni; para o Fundo
249 Municipal de Saneamento (FMSAI): Wellyene Gomes Bravo, Veronica Kroll e
250 Alessandro Luiz Oliveira Azzoni; para o Comitê Intersecretarial de Monitoramento e
251 Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico (CIMPDE): Stela de Camargo
252 Da Dalt, Maria Angélica Oliveira, Durval Nicolau Tabach, Francisco João Moreirão de

253 Magalhães e Alessandro Luiz Oliveira Azzoni; e para a Comissão do Patrimônio
254 Imobiliário do Município de São Paulo (CMPT): Francisco João Moreirão de Magalhães,
255 Simone Aparecida dos Santos Oliveira e Alessandro Luiz Oliveira Azzoni. **17)**
256 Posteriormente, teve início as apresentações dos candidatos em disputa, iniciando
257 pelo Conselheiro titular do CADES, Sr. Alessandro Luiz Oliveira Azzoni, que se
258 apresentou como advogado e economista, representante da Ordem dos Advogados do
259 Brasil (OAB) no CADES e designado para representá-lo no CMPU. Ele justificou sua
260 indicação com base em sua experiência anterior como representante do Conselho
261 Gestor do FUNDURB, anteriormente indicado diretamente pelo CADES, e em sua
262 expertise econômica, solicitando que sua indicação seja como titular. **18)**
263 Seguidamente, a Conselheira suplente do Conselho Participativo Municipal (CPM) da
264 Macrorregião Oeste, Sra. Maria Angélica Oliveira, apresentou-se como uma
265 representante originária da região oeste; Defendeu sua indicação como titular do
266 Conselho Gestor do FUNDURB com base em seu envolvimento em movimentos
267 populares e associações de bairro, contando com um histórico de 20 anos de
268 militância nesses segmentos; Destacou sua condição de mestrandia em participação
269 social e controle, além de ter participado de duas gestões dos CPMs do Butantã e estar
270 em constante diálogo com as regiões circunvizinhas; Reconheceu a importância do
271 FUNDURB para atender às demandas das comunidades provenientes dos movimentos
272 e associações de bairro; Concluiu reafirmando seu compromisso com essa missão. **19)**
273 Em ato contínuo, a Conselheira titular da Associação Ambiental e Habitacional João de
274 Barro (AAHJB), Sra. Edenilda das Neves Carneiro Souza, sustentou sua candidatura;
275 reconhecida por seu engajamento na defesa da moradia, atuando como representante
276 do Movimento pelo Direito à Moradia (MDM) e dos Movimentos Unidos pela
277 Habitação (MUHAB), os quais têm assento no Conselho Municipal de Habitação (CMH);
278 afirmou a importância da defesa do direcionamento dos recursos do FUNDURB para a
279 Habitação de Interesse Social (HIS); concluiu, enfatizando sua representatividade das
280 associações e movimentos populares das áreas periféricas da cidade. **20)** Na
281 sequência, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João
282 Moreirão de Magalhães, questionou se as votações dos membros da sociedade civil
283 são restritas aos representantes do mesmo grupo; em réplica, a Secretária Executiva
284 negou, esclarecendo que a votação é conduzida pelo CMPU como um todo; em
285 tréplica, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2 discordou da
286 explicação e argumentou que, se a interpretação estiver correta, a sociedade civil
287 também deveria ter o poder de indicar os conselheiros do setor público. **21)** Na
288 sequência, a Conselheira titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela Camargo
289 Dalt, endossou a manutenção da indicação como titulares para o Conselho Gestor do
290 FUNDURB de Edenilda Neves Carneiro Sousa e Maria Angélica Oliveira. Ela justificou
291 que são representantes de entidades próximas da sociedade civil, as quais defendem
292 os interesses do uso do FUNDURB para Habitação de Interesse Social. **22)** Em seguida,
293 o Conselheiro suplente da FECOMERCIO-SP, Sr. Eduardo Della Manna, comunicou a

294 existência de uma tradição em que os representantes titulares e suplentes participam
295 ativamente do Conselho Gestor do FUNDURB, embora apenas o titular possua o
296 direito de voto. Por isso, sugeriu que as indicações que estão pleiteando a posição de
297 titular façam um revezamento após um ano. Em resposta, a Secretária Executiva
298 afirmou que não há previsão para tal sugestão, uma vez que o mandato é bienal, além
299 do fato de haver três demandas pela posição de titular. **23)** Na sequência, a
300 Conselheira titular da SAPP, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, manifestou concordância
301 com a posição do Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2. O fato de o
302 poder público possuir assentos obrigatórios nos colegiados claramente demonstra que
303 a indicação da sociedade civil é de sua própria competência. Isso foi evidenciado pela
304 ausência de indicações do poder público na CTLU e CPPU. Do seu ponto de vista, se
305 todo o C MPU decidir sobre as indicações da sociedade civil, isso retiraria direitos dessa
306 parcela da sociedade. Ela encerrou fazendo votos de protesto contra a interpretação
307 sobre o modo da votação entre sociedade civil e poder público e um voto de louvor
308 para as "guerreiras" que se indicaram como titulares do Conselho Gestor do
309 FUNDURB. **24)** Em resposta, a Secretária Executiva propôs deliberar sobre a
310 interpretação do Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, de que a
311 sociedade civil vote somente em indicações da sociedade civil; em réplica, a
312 Conselheira titular da SAPP, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, manifestou-se contra o
313 rito, por não estar previsto no regimento interno e por considerar que as vagas da
314 sociedade civil devem ser votadas; em complemento, a Conselheira titular do CPM da
315 Macrorregião Centro, Sra. Stela Camargo Dalt, também se posicionou contrária à
316 votação, afirmando que não há situação em que a sociedade civil seja maioria,
317 tratando-se de uma "democracia fake, uma situação horrorosa". **25)** Após as
318 ponderações dialógicas, a conselheira suplente da SGM 1, Sra. Tatiana Regina Rennó
319 Sutto, interpelou acerca do conteúdo substantivo do regimento interno; em réplica, a
320 conselheira titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, aduziu
321 sua inexistência normativa, ressaltando a necessidade premente de revisão; em
322 acréscimo, a conselheira titular do Mackenzie, Sra. Viviane Manzione Rubio, enfatizou
323 a persistência histórica da discussão, apontando para a imprescindibilidade de uma
324 revisão vigorosa do regimento interno, a fim de mitigar a reincidência dos desafios em
325 pauta. **26)** Após requerer um instante para a conferência das informações normativas
326 pertinentes, a Secretária Executiva comunicou que a inaugural assembleia do Grupo de
327 Trabalho dedicado à revisão do regimento interno ocorrerá no dia 22/02, com a
328 presença dos membros que se inscreveram para tal desiderato. **27)** Adiantando a
329 temática abordada, o Conselheiro titular do CPM da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval
330 Tabach, fazendo menção ao documento remetido através do correio eletrônico da
331 Secretaria Executiva do C MPU em novembro de 2021, intitulado "INSTRUÇÃO
332 QUANTO A INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA OS DEMAIS CONSELHOS", observou
333 que constava o seguinte: "Votam membros titulares da sociedade civil; na ausência, o
334 suplente." **28)** Sobre a contenda, o Presidente suplente enfatizou que, após consulta

335 ao apoio jurídico, foi sugerido que o poder público se submeta à proposta da
336 sociedade civil através de uma abstenção; em réplica, a Conselheira titular da SAPP,
337 Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, reiterou que não é aceitável que o poder público
338 participe da votação dos representantes da sociedade civil; em adendo, o Conselheiro
339 suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,
340 arguiu que a abstenção representa um ato de voto e, apesar de concedida
341 momentaneamente pelo poder público, poderia ser revogada no futuro; ele também
342 ressaltou que tal procedimento contradiz as diretrizes enviadas pela própria SMUL,
343 que explicitam a não participação do poder público na votação, e tal orientação não foi
344 contestada, portanto, deveria ser acatada como norma. Em réplica, o Presidente
345 suplente deliberou que o Presidente poderia acatar ou não a questão de ordem
346 levantada e decidiu acolhê-la, determinando que o poder público se abstenha de votar
347 nos representantes da sociedade civil; concluiu ainda que não houve equívoco por
348 parte da Secretária Executiva, mas sim um entendimento coletivamente estabelecido.

349 **29)** Em seguida, o Conselheiro suplente da FECOMERCIO-SP, Sr. Eduardo Della Manna,
350 fez um apelo aos Conselheiros Maria Angélica Oliveira e Alessandro Luiz Oliveira
351 Azzoni, sugerindo que eles buscassem unificar uma candidatura conjunta, a fim de
352 evitar a necessidade de realização de uma votação. **30)** Na sequência, a Conselheira
353 titular da SAPP, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, afirmou que, dado que o Conselheiro
354 Mateus Henrique Berto Muradas estava ausente e havia se inscrito tanto como titular
355 quanto como suplente, e considerando que Edenilda Neves Carneiro Sousa se
356 inscreveu como titular, sua posição no Conselho já estava decidida. **31)** Em seguida, o
357 Conselheiro titular do CADES, Sr. Alessandro Luiz Oliveira Azzoni, informou que o
358 CADES possui uma representação no Conselho Gestor do FUNDURB e que buscará ser
359 candidato pelo colegiado. Em réplica, a Secretária Executiva afirmou que, com isso,
360 ficará uma vaga suplente. Em tréplica, o Conselheiro titular do CADES abandonou sua
361 inscrição para o Conselho Gestor do FUNDURB. **32)** Após a leitura atualizada da
362 composição proposta das indicações ao Conselho Gestor do FUNDURB, o Conselheiro
363 titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo, apresentou seu interesse
364 na vaga de suplência no FUNDURB; proposta que foi aprovada sem óbices, assim
365 como das demais indicações, que passaram a ser da seguinte forma: CMPU 1, Edenilda
366 Neves Carneiro Sousa (titular) Mateus Henrique Berto Muradas (suplente), CMPU 2,
367 Maria Angélica Oliveira (titular) e José André de Araújo (suplente); da mesma forma,
368 com a desistência anterior, sobre o Conselho Gestor do FMSAI, restaram as
369 candidaturas de Wellyene Gomes Bravo (titular) e Veronica Kroll (suplente); assim
370 como para o CIMPDE, em que foram indicados para CMPU 1, Stela de Camargo Da
371 Dalt (titular) e Maria Angélica Oliveira (suplente), CMPU 2, Durval Nicolau Tabach
372 (titular) e Francisco João Moreirão de Magalhães (suplente); assim como para o CMPT,
373 com as indicações de Francisco João Moreirão de Magalhães (titular) e Simone
374 Aparecida dos Santos Oliveira (suplente); também foram apresentadas as minutas de
375 Resolução SMUL.ATECC.CMPU/001, 002, 003 e 004/2022 contendo a redação

376 formalmente designando as indicações apontadas para compor nos respectivos
377 colegiados. **33)** Em seguida, a Conselheira titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra;
378 Wellyene Gomes Bravo, lembrou que durante a 36ª Reunião Extraordinária, foi
379 afirmado que na atual reunião seria trazida uma proposta de composição para ser
380 discutida, mas não foi possível de ser efetivado, em razão da consulta jurídica sobre as
381 indicações ainda não ter retornado; por tal razão, indagou se realizaria uma reunião
382 extraordinária para concretizar as indicações antes que os colegiados que terão sua
383 composição indicada pelo CMPU se reúnam, como forma de garantir que não haja
384 uma reunião sem representação da sociedade civil; em resposta, a Secretária
385 Executiva afirmou que a compreensão estava correta, uma vez que o CMPU é
386 responsável por indicar todos os representantes da sociedade civil nos colegiados. **34)**
387 Na sequência, a Conselheira titular do PÓLIS, Sra. Margareth Matiko Uemura, indagou
388 o prazo máximo para as indicações. Em resposta, a Secretária Executiva afirmou que a
389 previsão era que a reunião ocorresse dia 24 de março, mas que existia a possibilidade
390 desta data ser alterada. **35)** Em seguida, a Conselheira titular da Associação Comercial
391 de São Paulo (ACSP), Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut, sugeriu que a organização
392 buscasse manter as questões de ordem somente para conselheiros que fossem
393 convocados a se pronunciarem, pois o modo como a reunião tem ocorrido tem
394 atrapalhado sua dinâmica e organização. **36)** Em relação ao terceiro item de pauta, a
395 Secretária Executiva realizou a leitura da publicação da Portaria
396 SMUL.ATECC.CMPU.001/2022, que designou os seguintes membros do CMPU para
397 integrar o Grupo de Trabalho da Revisão Intermediária do PDE, constituído para a
398 Etapa Prévia deliberado na 36ª Reunião Extraordinária: pela sociedade civil, Durval
399 Tabach, Edenilda das Neves Carneiro Sousa, Edilson Henrique Mineiro, Eduardo Della
400 Manna, Elodia Fátima Fillipni, Francisco Claudio do Nascimento, Francisco João
401 Moreirão de Magalhães, José André Araujo, Juliana Braga Paviato, Julieta Aparecida
402 Tolentino de Abraão, Lucila Falcão Pessoa Lacreta, Maurício Ramos de Oliveira, Renato
403 Luiz Sobral Anelli, Simone Ferreira Gatti, Stela de Camargo Dalt, Verônica Kroll,
404 Wellyene Gomes Bravo pela sociedade civil, e, pelo poder público: Michele Perea
405 Cavinato e Tamires Carla de Oliveira. **37)** Sobre o tema, o Presidente afirmou que a
406 intenção da comissão é que o poder público e a sociedade civil discutam a
407 abrangência, foco de discussão e metodologia da revisão do PDE. **38)** Em seguida, o
408 Conselheiro titular da CICLOCIDADE, Sr. José Antônio Chinelato Zagato, afirmou que
409 enviou por e-mail indagação sobre os horários dos grupos de trabalho e destacou a
410 importância de que sejam realizados em horários alternativos, pois, diferentemente da
411 Prefeitura, que possui servidores remunerados, os conselheiros da sociedade civil
412 participam de horários que podem ser prejudiciais ao seu trabalho particular. Além
413 disso, ressaltou que há cidades globais que buscam serem mais justas, tendendo a
414 priorizar horários de melhor participação social, e, caso haja tal entendimento, estaria
415 disponível para ingressar em outros grupos de trabalho. Em referência aos artigos 20,
416 21 e 22 do regimento interno, informou que é determinado que seja publicada uma

417 resolução para a criação de grupos de trabalho e, para evitar confusão, sugeriu que
418 seja adotado tal documento em vez de uma portaria. Por fim, retomou a questão
419 levantada na última reunião, no Ofício 4, sobre a autoria do documento “Cronograma
420 e metodologia”, sem que fosse apresentada uma resposta. Relatou que o documento
421 digital disponibilizado apresentava como autor "Gomes Borgheresi", e, ao verificar nos
422 sites de busca, não encontrou nenhum resultado desse sobrenome como servidor do
423 município de São Paulo. Isso levou a indagar se há um contrato externo, pois se
424 mostrou confuso perante o resultado, que indicava um vínculo a estudantes e a
425 documento escolar. Concluiu, reiterando a necessidade de esclarecer a quem se refere
426 o documento e qual tipo de vínculo existe para implementação da metodologia. **39)** Na
427 sequência, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João
428 Moreirão de Magalhães, reforçou a necessidade de responder à indagação do
429 Conselheiro titular da CICLOCIDADE, pois, a seu ver, dependendo do autor do
430 documento, não haveria matéria para discussão. **40)** Em seguida, a Conselheira titular
431 da SAPP, Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, reforçou a necessidade de responder a
432 indagação dos conselheiros anteriores, especialmente por haver perguntas que não
433 são respondidas; perguntou quando estão previstas as reuniões do grupo de trabalho,
434 pois os conselheiros trabalham e precisam saber com certa antecedência quando
435 ocorrerão para se organizarem. **41)** Na sequência, a Conselheira titular do CPM da
436 Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, lembrou que foi publicada uma
437 resolução de acompanhamento do PDE no ano anterior e gostaria de saber se a
438 constituição do atual grupo de trabalho revoga a anterior ou se trabalham de forma
439 paralela; também indagou como será a participação com as outras secretarias, além
440 do grupo de trabalho possuir representantes do poder público, e que tem como
441 demanda documentos e ferramentas que respaldem a limitação de atuação do grupo
442 de trabalho. **42)** Antes de iniciar a fala do Presidente suplente, a Secretária Executiva
443 solicitou que os conselheiros não assumam o controle da apresentação, como
444 realizado pelo Conselheiro titular da CICLOCIDADE, ou solicitem previamente. Sobre as
445 intervenções, o Presidente suplente ressaltou que a propriedade do documento digital
446 não determina sua autoria, mas sim o que foi expressamente mencionado, indicando
447 que a responsabilidade recai sobre a coordenação técnica da Coordenadoria de
448 Planejamento Urbano (PLANURB) e seus técnicos, sendo o nome mencionado
449 desconhecido para ele, possivelmente decorrente do uso compartilhado de
450 computadores; quanto às datas, afirmou que até fevereiro deve haver uma definição,
451 visando a realização das duas reuniões dos grupos de trabalho nesse mesmo mês. **43)**
452 Na continuidade, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr.
453 Francisco João Moreirão de Magalhães, requereu uma revisão na lista dos inscritos nos
454 grupos de trabalho, uma vez que constava seu nome como inscrito, porém não
455 recebeu os documentos pertinentes e encontrava-se alheio ao grupo ao qual fora
456 designado. **44)** Em réplica, a Secretária Executiva elucidou que se tratam de duas
457 instâncias distintas: aquelas conduzidas com o Secretário e os titulares da sociedade

458 civil, e as do grupo de trabalho; esclareceu que as deliberações do grupo de trabalho
459 aguardavam o desfecho da presente reunião para comunicar suas resoluções,
460 propondo, assim, que ocorram na próxima terça ou quinta-feira, em horário a ser
461 conveniado entre os conselheiros. **45)** Em réplica, a Secretária Executiva elucidou que
462 se tratam de duas instâncias distintas: aquelas conduzidas com o Secretário e os
463 titulares da sociedade civil, e as do grupo de trabalho; esclareceu que as deliberações
464 do grupo de trabalho aguardavam o desfecho da presente reunião para comunicar
465 suas resoluções, propondo, assim, que ocorram na próxima terça ou quinta-feira, em
466 horário a ser conveniado entre os conselheiros. **46)** Sobre a fala, o Conselheiro
467 suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,
468 afirmou que o poder público não foi excluído dessa comissão, mas que não tem poder
469 de decisão; afirmou haver duas situações possíveis: uma concebe a presença do poder
470 público sem que presida nem vote, e a outra é que o poder público se ausenta
471 completamente; e foi optado o primeiro caso para a referida comissão, em reunião
472 que estava presente o chefe de gabinete no período. **47)** Em complemento, a
473 Conselheira titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela Camargo Dalt, afirmou
474 que as reuniões da referida comissão eram coordenadas pela sociedade civil, mas com
475 a participação do poder público, que estava à disposição para que fossem solicitadas
476 informações, mas que não foram atendidas; considerou não fazer sentido o modo
477 como as reuniões estavam sendo conduzidas, pois gostariam que ocorresse de forma
478 mais dialógica e propositiva com o poder público, uma vez que a sociedade civil já se
479 reúne individualmente. **48)** Em seguida, a Conselheira titulada da SAPP, Sra. Lucila
480 Falcão Pessoa Lacreta, expôs ter sido convocada para uma miríade de reuniões e
481 absorvido a impressão de que o Secretário havia enunciado o início dos trabalhos para
482 o dia 15 de maio, ao passo que a derradeira semana deste mês tangencia o final de
483 fevereiro, com uma temporalidade que supera o exposto pelo Presidente suplente. **49)**
484 Na sequência, o Chefe de Gabinete da SMUL, Sr. Roberto Augusto Baviera, esclareceu
485 que há três tipos de reuniões; a primeira é o convite que o Secretário realizou aos
486 conselheiros, como forma de visita de cortesia, com o intuito de abrir um diálogo
487 permanente com os membros do CMPU; os que puderem comparecer serão bem-
488 vindos, e para os que não puderem, será buscada uma forma alternativa de contato;
489 destas reuniões, informou que há uma agendada para o dia seguinte à presente
490 reunião e outras duas na próxima semana; outro tipo de reunião é discutido na
491 presente pauta referente à constituição de um grupo de trabalho destinado a discutir
492 pontualmente a metodologia das audiências e trabalhos da revisão do PDE, previsto
493 para ocorrer nas próximas semanas e com o objetivo específico e pontual; foi criado
494 via portaria, mas poderá ser revisto, como apontado pelo Conselheiro titular da
495 CICLOCIDADE, e é composto pelas pessoas listadas anteriormente; para o momento
496 atual, informou que é sugerido que ocorram duas reuniões na próxima semana, além
497 da possibilidade de que ocorram em horários alternativos; o terceiro tipo de reunião
498 refere-se ao grupo de trabalho constituído no ano anterior, onde foi apresentada a

dúvida sobre quem deveria conduzir as reuniões e sobre o grau de participação do poder público; informou que tal decisão não foi definida, mas seu objetivo principal é acompanhar a revisão do PDE até seu envio para a Câmara Municipal, uma vez que, quando estiver nesta instância, realizará suas próprias audiências; afirmou sobre a possibilidade de agendar uma próxima reunião com o intuito de definir como prosseguirão suas atividades, como seu formato e método; porém, ressaltou que a intenção da presente reunião é definir a data de reunião do grupo de trabalho em pauta. **50)** Em seguida, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, interrompeu a Secretária Executiva para sugerir que seja aberta uma nova possibilidade de inscrição dos novos membros ao grupo de trabalho; justificou essa sugestão devido à alteração na composição do CMPU. **51)** Na sequência, o Presidente suplente indagou ao Chefe de Gabinete da SMUL se deveriam aguardar as demandas da sociedade civil da primeira comissão interna, uma vez que lhe compete a coordenação. Em réplica, o Chefe de Gabinete afirmou que a sociedade civil deveria acompanhar a revisão do PDE, e como houve alteração na composição, será aberto um período de inscrição conforme sugerido, incluindo o recebimento de sugestões de trabalho. Constatou que, por se tratar de um grupo menor que o CMPU, sua dinâmica deveria ser mais ágil, mobilizando rapidamente a demanda de seus membros. **52)** Sobre o exposto, a Secretaria Executiva afirmou que o prazo para inscrições será aberto e solicitou que somente os interessados se manifestem, de modo que os inscritos que não se manifestarem permanecerão na comissão; em seguida, leu o conteúdo dos membros da Portaria SMUL.ATECC.CMPU.001/2021: Eduardo Della Manna, Marcio Jeha Chede, Stela de Camargo Da Dalt, Wellyene Gomes Bravo, Francisco João Moreirão de Magalhães, Simone Aparecida dos Santos Oliveira, Fernando Rangel, Mariana Ferraz Kastrup, Renata Esteves de Almeida Andretto, Simone Gatti, Viviane Manzione Rubio, Danielle Cavalcanti Klintowitz, Roberto Rolnik Cardoso, Elodia Fatima Fillipni e Mauricio Ramos de Oliveira; estabeleceu o prazo de até 25 de fevereiro de 2022 para recebimento de e-mails de interessados a compô-lo. **53)** Após a Secretária Executiva informar que as datas para os encontros seriam entre os dias 18, 21 e 23, a Conselheira titular da SAPP, Lucila Falcão Pessoa Lacrete, afirmou que a data de 22 é muito próxima e impossibilita a programação prévia; propôs que o encontro ocorra a partir de 1º de março. **54)** Em seguida, a Conselheira titular da ACSP, Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut, comunicou que havia envidado esforços para agendar uma audiência com o Secretário, contudo, até o presente momento, não recebeu resposta alguma. **55)** Na sequência, a Conselheira titular da SMUL (2), Sra. Heliana Lombardi Artigiane, propôs que os encontros ocorram nos dias 24 de fevereiro e 3 de março. **56)** Sobre as datas propostas anteriormente, a Secretária Executiva sugeriu que as reuniões ocorram na data indicada pela Conselheira titular da SMUL (2), ou às 9h da manhã, ou no período noturno, no formato online; após ler as manifestações por escrito no aplicativo de reuniões, computou-se um número maior de solicitações para o período noturno;

540 sugeriu, portanto, que o horário seja entre 18h e 20h. **57)** Na sequência, a Conselheira
541 titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, indagou se as
542 reuniões serão gravadas e se estarão disponíveis; em réplica, a Secretária Executiva
543 informou que serão gravadas e incluídas no SEI. **58)** Em seguida, o Conselheiro
544 suplente da FECOMERCIO-SP, Sr. Eduardo Della Manna, manifestou sua compreensão
545 de que o CMPU é, em sua essência, um colegiado integrador, envolvendo tanto o
546 poder público quanto a sociedade civil, e que não deve haver divisões internas;
547 enfatizou que não existem dois lados distintos, como uma sociedade civil empresarial
548 e outra não; destacou que o CMPU é composto majoritariamente por membros da
549 sociedade civil, com 34 representantes, em contraste com 26 do poder público;
550 referindo-se ao regimento interno, apontou que todas as deliberações devem ser
551 tomadas pela maioria dos votos dos presentes; dirigindo-se aos conselheiros da SGM,
552 ao Chefe de Gabinete da SMUL e ao Presidente suplente, asseverou que, em sua visão,
553 as votações não devem excluir a sociedade civil ou o poder público, pois ambos devem
554 votar em conjunto; acrescentou que o colegiado não deve se tornar uma arena de
555 confrontos, mas sim buscar soluções benéficas para a sociedade como um todo. **59)**
556 Sobre o horário, o Conselheiro suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil –
557 Departamento São Paulo (IAB-SP), Sr. Renato Sobral Anelli, sugeriu que a reunião
558 ocorra entre as 19h e 21h, considerando que as pessoas usualmente retornam do
559 trabalho às 18h; em réplica, a Conselheira titular da SMUL (2), Sra. Heliana Lombardi
560 Artigiane, compreendeu a dificuldade apresentada, propondo manter o horário
561 inicialmente acordado e, na mesma reunião, definir o horário para os demais
562 encontros, uma vez que serão reunidos somente os membros da comissão interna; a
563 proposta foi acolhida pelo conselheiro do IAB-SP. **60)** Em seguida, o Conselheiro titular
564 do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo, indagou se está mantida a
565 reunião que foi convocada para o dia seguinte; em réplica, a Secretária Executiva
566 afirmou que responderá por e-mail após a presente reunião. **61)** Sobre a fala do
567 Conselheiro suplente da FECOMERCIO-SP, o Conselheiro suplente do CPM da
568 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, salientou que está
569 correta a interpretação de que o CMPU deve dedicar-se à discussão de sua substância,
570 contudo, não pode ignorar a existência de interesses divergentes e contraditórios em
571 seu seio; ao relatar suas observações ao longo do ano em que participou como
572 conselheiro, notou que as votações frequentemente refletiam uma afinidade entre o
573 poder público e o setor empresarial, em contraposição ao restante da sociedade civil,
574 que, em sua visão, se limitava a pleitear a observância das leis, normas e critérios
575 democráticos; destacou a presença de interesses conflitantes, pois há uma coalizão
576 que se posiciona contra o restante da sociedade civil não empresarial, e reconhecer
577 esse panorama poderia catalisar discussões mais substantivas. **62)** Na sequência, a
578 Conselheira suplente do CPM da Macrorregião Oeste, Sra. Maria Angélica Oliveira,
579 expressou que parte de suas ponderações estava abordada na intervenção anterior e
580 ressaltou a importância de contemplar a pluralidade do CMPU, sem desconsiderar os

581 princípios da equidade e as particularidades de sua fatia da sociedade civil; lamentou a
582 ausência de uma sociedade equilibrada, na qual não seria necessário adotar medidas
583 para promover justiça; afirmou que o Conselho se norteia pelo princípio fundamental
584 de respeito mútuo, embora por vezes tenha se sentido constrangida por certas
585 manifestações no colegiado, mas destacou que tal situação foi superada. **63)** Em
586 seguida, a Conselheira titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes
587 Bravo, em referência à intervenção do Conselheiro suplente da FECOMERCIO-SP,
588 abordou a diversidade da sociedade civil, enfatizando que o papel do poder público é
589 promover equilíbrio entre as diferentes demandas sociais; destacou que o CMPU
590 passou a reconhecer a existência de uma sociedade civil fragmentada, nunca antes
591 dialogada de forma direta com o setor empresarial; ambos compartilham o interesse
592 por uma cidade mais justa e equilibrada, onde o Plano Diretor Estratégico (PDE)
593 oriente intervenções urbanas e o setor econômico contribua para o crescimento da
594 cidade de maneira sustentável, indo além do mero objetivo de lucro; observou que,
595 embora tenha notado investimentos expressivos do setor econômico em certos eixos
596 da cidade, esses não têm necessariamente atendido aos objetivos do PDE, como a
597 integração de moradores das periferias; esta lacuna na participação do setor
598 empresarial na demanda pelo diagnóstico do PDE pode reforçar a percepção de
599 divisão na sociedade civil, embora não seja a intenção da parte não empresarial;
600 expressou sua esperança de que a formação das comissões internas possa promover
601 uma maior coesão dentro da sociedade civil, visando alcançar um equilíbrio e uma
602 revisão produtiva do PDE. **64)** Na sequência, a Conselheira suplente da Mitra
603 Arquidiocesana de São Paulo, Sra. Maria Barbosa Rocha Rastele, manifestou sua
604 felicidade pela nomeação dos novos conselheiros para integrar o Conselho Gestor do
605 FUNDURB, desejando-lhes sucesso em suas incumbências. **65)** Ao fim, a Secretária
606 Executiva desejou boas-vindas aos novos conselheiros dos colegiados indicados,
607 seguida da fala do Presidente suplente, que agradeceu a todos, principalmente as
608 últimas colocações; ressaltou que o CMPU é composto pela sociedade civil e pelo
609 poder público, que tem como missão a consolidação de uma cidade mais justa e, neste
610 trajeto, cada parte tem seu papel; ressaltou a responsabilidade do poder público para
611 adentrar no conteúdo da revisão do PDE, em vez de realizar mero encaminhamento;
612 ao fim, anunciou que se encontrarão nos grupos de trabalho e encerrou a reunião às
613 16h31min.

ENTIDADES/MEMBROS PENDENTES (POSSE SOBRESTADA):**SOCIEDADE CIVIL:**

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA MACRORREGIÃO NORTE 1 (FERNANDO RANGEL E
DOGIVALDO DE FREITAS)

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:**PODER PÚBLICO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS (SIURB)

SOCIEDADE CIVIL: PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO NORTE 1

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO SUL 1
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2
MOVIMENTO DE MORADIA 1
MOVIMENTO DE MORADIA 2
MOVIMENTO DE MORADIA 3
MOVIMENTO DE MORADIA 4
ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4
ENTIDADES SINDICAIS
ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

PRESIDÊNCIA

MARCOS DUQUE GADELHO
PRESIDENTE

JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

**ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (1)

VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA
TITULAR

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

CLAUDIA BICE ROMANO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

JULIANA FELICIDADE ARMEDE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

TAMIREZ CARLA DE OLIVEIRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SMC

ANTONIA SOARES ANDRÉ DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDET

JULIA DA MOTTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS
TITULAR

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

RENATO ASTORINO
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

DANILO ANTÃO FERNANDES
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

FERNANDO RANGEL
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
TITULAR

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FRANCISCO CLAUDIO DO NASCIMENTO

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

OSNI PANDORI
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR

ROSANGELA DE OLIVEIRA SILVENTE
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS 1

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
TITULAR

MARISETE APARECIDA DE SOUZA
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS 2

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP)
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS 3

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
Associação Ambiental e Habitacional João de Barro (AAHJB)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

MARCIO JEHA CHÉDE
Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
Residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI SP)
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO
Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

SERGIO GARRIDO CINCURA

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SINDUSCON)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO)
TITULAR

LUCIANA LINS NASCIMENTO
Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo (AsBEA)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT
Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO/SP)
SUPLENTE

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG’S

MARGARETH MATIKO UEMURA
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)
TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS

RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IAB-SP)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO

Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (2)

NABIL GEORGES BONDUKI

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (1)

MATEUS HENRIQUE BERTO MURADAS

Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB 1

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (2)

CLÁUDIA GIBELI GOMES

Instituto Casa da Cidade

SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO

Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)

TITULAR

JULIANA TRENTO

Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)

SUPLENTE

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA CAROLINA MARINHO DANTAS
Cooperativa Paulista de Teatro
SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

MARIA DOS ANJOS BRÁS DOS SANTOS
Mitra
TITULAR

ENTIDADES RELIGIOSAS

MARIA BARBOSA ROCHA RASTELE
Mitra
SUPLENTE

CADES

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

VIOLÊTA SALDANHA KUBRUSLY
SUPLENTE

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS
SECRETARIA DA HABITÇÃO

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO (2) –
(ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)

MÁRCIA RENATA ITANI
SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR